



Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis

Apresentação

O **Manifesto de Lima a Paris** foi apresentado no encontro denominado *Que Responsabilidades o mundo necessita frente às mudanças climáticas? Por uma nova governança ambiental*. O evento foi realizado no Parlamento Andino, em Lima, Peru, no dia 11 de dezembro de 2014, durante a Cúpula dos Povos, atividade da sociedade civil paralela à COP20, conferência da ONU sobre o clima.

É uma contribuição do grupo sul-americano, participante da Aliança Internacional de Responsabilidades para Sociedades Sustentáveis.

A Aliança propõe que a Responsabilidade Global seja o centro da transição para sociedades sustentáveis.

Propomos que o **Manifesto de Lima a Paris** inicie um processo de convocação para que se realizem encontros locais e regionais pelo mundo, antes da COP21 que acontecerá em Paris de 29 a 11 de dezembro de 2015, visando à discussão e à adesão a esta proposta.

Para ter acesso ao conteúdo completo do Manifesto entre no site <http://www.ethica-respons.net> e assine em nome de sua organização, ou em seu nome pessoal, até 15 de novembro de 2015. O documento será encaminhado para a comissão organizadora da Conferência da ONU sobre o clima - COP21 e à imprensa internacional, com ampla divulgação pelas redes sociais.

Para participar do Manifesto, por favor, adicione o nome da sua organização ou capacidade pessoal em "reagir a este artigo / comentários" da página web, antes de 15 de novembro de 2015. Por favor, indicar:

- O seu nome
- O seu país
- Sua organização e / ou ocupação (especificar se você assinar individualmente ou em nome de sua organização), o seu site
- Seus comentários (nos interessa sua opinião!) Se quiser.

Para mais informações contate Isis De Palma isis@educ-imagens.com.br

MANIFESTO DE LIMA A PARIS

Apelo à consciência dos detentores de poder no mundo

Nós, cidadãos do nosso único, insubstituível e frágil planeta, a nossa casa comum – nosso oikos –, assim como os economistas, os líderes políticos e espirituais e dos mais diversos campos de atuação, todos sabemos que:

1. a escala e a irreversibilidade das interdependências existentes entre os seres humanos, as sociedades e a biosfera constituem uma situação radicalmente nova na história da humanidade, que a conduz de modo irrevogável a um destino comum;

2. a manutenção dos estilos atuais de vida e desenvolvimento, aliada à tendência a limitar as nossas próprias responsabilidades, é incompatível com a harmonia entre as sociedades, a preservação da integridade do planeta e a salvaguarda dos interesses das gerações futuras;



Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis

3. a magnitude das mudanças necessárias está acima do âmbito apenas individual e exige o envolvimento coletivo das pessoas e instituições, públicas e privadas;
4. os procedimentos legais, políticos e de gestão financeira existentes, tanto quanto o controle das instituições públicas e privadas, em especial daquelas cujo impacto é global, não nos incentivam a assumir plenamente as responsabilidades devidas e, muitas vezes, até mesmo incentivam a irresponsabilidade;
5. a consciência da responsabilidade compartilhada que devemos ter em relação ao planeta é condição de sobrevivência e progresso da humanidade;
6. a nossa co-responsabilidade maior, para além dos interesses legítimos de nossos povos, é preservar o planeta evitando que grandes desequilíbrios criem desastres ecológicos e sociais que afetem os povos da Terra;
7. levar em conta os interesses da comunidade, e reciprocamente de seus membros, é base para a construção da confiança mútua, da sensação de segurança e do respeito à dignidade e aos direitos de cada um;
8. a proclamação e a busca de direitos universais não são suficientes para adequar nossos comportamentos, da mesma forma que o reconhecimento de direitos por si só não fazem sentido quando as instituições não têm capacidade de garantir sua aplicação;
9. é urgente a adoção de princípios éticos comuns que inspirem comportamentos e regras, tanto no nível individual como no de toda a sociedade.

Mas o que fazem os líderes políticos mundiais diante dessas constatações? Como assumem suas responsabilidades compartilhadas? Eles estão dispostos e capacitados a criar regras e instrumentos legais necessários para que os Estados, empresas, instituições financeiras, centros de pesquisa assumam sua parcela de responsabilidade pelas consequências de longo prazo de suas ações ou omissões?

Mobilizam mentes e energias para transformar a nossa economia, de forma a criar regras para a gestão da nossa casa comum e garantir o bem-estar de todos, respeitando os limites do planeta?

Têm eles a coragem, a ousadia, imaginação e tenacidade para prover a humanidade com instrumentos de governança do *oikos*, compatíveis com a urgência e complexidade dos desafios que nos afligem?

Qual a utilidade da ciência, das inovações tecnológicas, da prosperidade material se não para contribuir com a sobrevivência da vida, com qualidade, no planeta?

O que fizeram, fazem e farão os detentores do poder no mundo para merecer a nossa confiança e decidir o nosso futuro comum? Assumem suas responsabilidades para com a humanidade e o planeta?

Nada é mais vital para a humanidade do que o equilíbrio socioambiental. Dele depende a regularidade das chuvas, os ventos, as alterações de temperatura, o que torna possível a agricultura e nosso convívio harmônico com a biosfera.



Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis

A biosfera é um bem comum da humanidade. Precisamos aprender a gerir os recursos naturais em conjunto pois é a natureza que nos faz uma única comunidade, para além das nossas diferenças, da desconfiança, das mazelas e de nossa ignorância.

O que une a humanidade à biosfera não é consumir os mesmos produtos padronizados, não é ouvir a mesma música e todos contribuírem para o enriquecimento dos mesmos grandes bancos. O que nos une é o clima, os biomas, a diversidade, as águas...

Mas quem está à frente da construção dos acordos entre os povos do planeta, que deveriam favorecer o gerenciamento do clima? Ministros das Relações Exteriores que, ao priorizar a defesa de seus interesses nacionais, criam antagonismos entre os países em detrimento da busca do indispensável equilíbrio climático!

Eles transformam o gerenciamento do clima, que deveria nos unir, em uma causa de divisão entre nós!

Há mais de vinte anos, os governos vêm desfigurando a corresponsabilidade com o planeta e a humanidade em "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", o que tem sido justificativa para cada governo esperar que o outro se comprometa primeiro.

Os governantes estão cientes de que esta atitude, em Direito, é chamada de inércia ofensiva?

É essencial que eles tomem consciência da situação. Que transformem a energia que é gasta para criar argumentos falaciosos, ignorando as consequências irreversíveis da inação, em energia capaz de combater a inércia e a falta de coragem coletiva, criando condições para fazer valer a responsabilidade que lhes foi delegada.

Um exemplo dramático: as mudanças climáticas ameaçam fazer desaparecer ilhas do Pacífico, ameaçam Bangladesh de ecocídio e genocídio e causam desastres climáticos em muitas outras regiões do mundo, colocando em perigo populações inteiras.

Quem dentre os governantes vai se manifestar como advogado do povo, ou de um indefeso planeta, quando não há nenhuma lei internacional nem responsabilidade judicial para defender o caso, nenhuma forma de punir de forma dissuasiva os comportamentos irresponsáveis?

Quem vai defender a sua causa? Perante qual tribunal? Com que direito internacional?

Não é aceitável a resposta de que não se sabe o que fazer, ou que as questões são complexas demais para terem respostas.

Nós, pessoas e instituições que assinam este Manifesto, temos o que dizer!

Propomos a adoção urgente de uma Declaração Universal das Responsabilidades Humanas. Uma declaração que estabeleça as relações entre Estados e povos, e que será promovida para todos os setores da sociedade como base do direito internacional da responsabilidade ante nossas interdependências e para fazer de nós, os povos da Terra, uma comunidade de destino, pessoas com um destino comum.

A Declaração Universal das Responsabilidades Humanas estabelece oito princípios. Propomos que todos se comprometam a aplicá-los na Constituição dos Estados e das leis nacionais:



Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis

1. A responsabilidade é expressão da liberdade e da dignidade - O exercício das responsabilidades de cada um é a expressão da sua liberdade e dignidade de cidadão da comunidade global;

2. A responsabilidade é proporcional à riqueza, ao poder e ao conhecimento - Todo ser humano, como indivíduo ou parte de um coletivo, tem responsabilidade com os outros, com a comunidade próxima e distante e em relação ao planeta, proporcionalmente à riqueza, ao poder e ao conhecimento de cada um.

3. A responsabilidade implica em medir consequências - Esta responsabilidade implica em levar em conta os efeitos imediatos ou tardios de todas as ações, para prevenir ou compensar os danos que foram cometidos intencionalmente ou não, mesmo que não estejam sujeitas à punição da lei. Isso se aplica a todos os campos da atividade humana e em todas as escalas de tempo e espaço.

4. A responsabilidade é inalienável - Esta responsabilidade é inalienável quando o dano é irreversível.

5. A responsabilidade não exime instituições ou seus líderes - A responsabilidade das instituições, públicas e privadas, independentemente das regras que as regem, não exime a responsabilidade dos seus líderes e vice-versa.

6. A responsabilidade implica em melhorar a gestão dos recursos - A posse ou uso de um recurso natural induz a responsabilidade para uma melhor gestão do bem comum.

7. A responsabilidade é tanto dos eleitos como dos eleitores - O exercício do poder só é legítimo quando está a serviço do bem comum e quando quem o exerce responde pelos seus atos e é controlado por aqueles em nome dos quais esse poder é exercido.

8. A responsabilidade não exime quem não se esforça para exercê-la - Ninguém está isento de sua responsabilidade em nome de sua impotência, se ele não fez o esforço para se unir a outros, ou em nome de sua ignorância, se ele não fez um esforço para aprender e se informar.

As pessoas e organizações que concordarem em assinar este Manifesto poderão organizar debates democráticos nas suas cidades ou regiões sobre a Declaração Universal das Responsabilidades Humanas e se empenhar em conduzir a transição para sociedades sustentáveis.

Conclamamos, ainda, os signatários a incluírem nas suas discussões os seguintes pontos:

- Estabelecimento de parâmetros para um novo acordo climático global, baseado em critérios de responsabilidades compartilhadas em substituição aos preceitos de responsabilidades comuns mas diferenciadas, alterando, assim, a lógica atual que privilegia os interesses econômicos das nações mais ricas e das grandes corporações.
- Necessidade de definição de um prazo para que a Organização Mundial do Comércio coloque o conceito de indústria sustentável no centro dos princípios do comércio internacional, de forma a incorporar os melhores preceitos de benefícios socioambientais ao comércio mundial.
- Criação de um Fundo Socioambiental Global a partir de impostos sobre o uso de fontes fósseis de energia, para acompanhar a transição para sociedades



Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis

sustentáveis.

Paris, Novembro 2015

www.ethica-respons.net

Por concordarem com o **Manifesto de Lima a Paris**, as instituições, redes, coletivos, fóruns, movimentos e indivíduos assinam a seguir:

- Aliança de Responsabilidades por Sociedades Sustentáveis